

página

2

PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO
PÚBLICO

página

3

PROMOÇÃO É DA
ESCOLA UNESP DE
LIDERANÇA E GESTÃO

página

4

GOVERNO DO ESTADO
ENVIA PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA

unespinforma

NOVEMBRO 2015 - Nº 72

Unesp recebe prefeitos de cidades-sede

EVENTO BUSCA MAIOR DIÁLOGO COM MUNICÍPIOS

Dia 7 de outubro, prefeitos e representantes de 15 das 24 cidades onde estão localizados Câmpus da **Unesp** reuniram-se com dirigentes da universidade para discutir ações de extensão e debater a relação entre a instituição e seus municípios.

Prefeitos, secretários ou representantes de Araçatuba, Ourinhos, Guaratinguetá, Botucatu, Dracena, Itapeva, Araraquara, Ilha Solteira, Rio Claro, Sorocaba, Rosana, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São João da Boa Vista e São Vicente estiveram presentes na reunião, realizada na Reitoria da **Unesp**, em São Paulo.

O Reitor da **Unesp**, professor Julio Cezar Durigan, e a vice-reitora, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, conduziram as atividades ao lado de Marcos Monti, presidente da Associação Paulista de Municípios. Pró-reitores, diretores de unidades e assessores da **Unesp** também participaram da atividade.

O histórico da universidade, a dificuldade de gestão em 24 municípios e sua vocação para projetos de extensão desenvolvidos em parceria com as prefeituras foram alguns dos temas



Daniel Patire

Monti, Durigan e Marilza: debate sobre relações entre a Unesp e os municípios onde ela se localiza

abordados pelo reitor Julio Cezar Durigan. “Em 40 anos, saímos de um modelo que despertava desconfiança para um caso de sucesso internacional”, apontou.

A vice-reitora Marilza Cunha Rudge destacou o compromisso da universidade em realizar outros eventos que aproximem as duas partes. “Este é o primeiro de uma série de eventos para ampliar a comunicação e a relação entre a **Unesp** e as cidades-sede”.

As apresentações tiveram como foco mostrar a atuação da **Unesp** em projetos de extensão universitária. A pró-reitora de Extensão,

Mariângela Spotti Lopes Fujita, destacou o sucesso dos cursinhos pré-vestibulares na aprovação de alunos de baixa renda nas universidades.

A contribuição da **Unesp** para o dinamismo econômico dos municípios foi o tema da palestra do professor José Murari Bovo, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Entre os dados, o pesquisador destacou que a universidade movimentou quase R\$ 3 bilhões em suas cidades-sede (excetuando-se a capital de São Paulo), totalizando 20,2% da receita total desses municípios. Em alguns casos, como Botucatu, o valor de recursos injetados

representa 200% da receita municipal.

Sergio Magaldi mostrou como o Atlas da Exclusão Social no Interior Paulista, publicação desenvolvida por seu grupo de pesquisa na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente colaborou para a elaboração de políticas públicas de municípios como Araçatuba e Araraquara.

A experiência na preservação de mananciais desenvolvida por uma série de atividades de extensão da FCT em Presidente Prudente foi apresentada pelo assessor da Pró-Reitoria de Extensão, professor Antônio Cezar Leal, que

se disponibilizou a discutir a replicação da iniciativa em outros municípios-sede.

O professor José Celso Freire Junior, assessor-chefe da Assessoria de Relações Externas, se colocou à disposição para colaborar com os municípios em iniciativas de internacionalização, como as cidades irmãs, iniciativa que vem crescendo cada vez mais no mundo.

As apresentações e os projetos de extensão da **Unesp** podem ser vistos em:

<<http://goo.gl/mSz4qw>>.

Planejamento e orçamento público

ESCOLA UNESP DE LIDERANÇA E GESTÃO OFERECE FORMAÇÃO NA ÁREA



Daniel Patire

Participantes buscaram compreender a elaboração e execução de peça orçamentária

A Escola Unesp de Liderança e Gestão e a Coordenadoria de Recursos Humanos da Unesp organizaram um curso sobre Planejamento e Orçamento Público na Universidade. A ação foi feita para atender a uma demanda dos gestores das unidades universitárias e servidores das Diretorias Técnicas Administrativas para a compreensão da elaboração e execução da peça orçamentária tanto do governo estadual paulista quanto da Unesp. O curso foi realizado em três reuniões presenciais, dias 1, 8 e 15 de outubro, na Faculdade de Medicina, Câmpus de Botucatu.

O encontro visou

transmitir conteúdos específicos e proporcionar espaço para que os gestores possam reconhecer criticamente o processo de planejamento e orçamento público, particularmente na Universidade. Também identificou os seus efeitos na gestão universitária e as exigências que se impõem frente às limitações nos repasses financeiros do Tesouro Estadual.

Além dos diretores das unidades e diretores administrativos, participaram do curso os pró-reitores Maria José Soares Mendes Giannini, de Pesquisa, e Eduardo Kokubun, de Pós-Graduação. Todos assistiram às apresentações do professor Álvaro

Martim Guedes, do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, da advogada Lais Maria de Resende Ponchio, da Assessoria Jurídica da Unesp, da professora Maria Dalva Pagotto, secretária-geral da Universidade, e do assessor-chefe da Assessoria de Planejamento Estratégico (APE) Rogério Bucceli.

GOVERNANÇA

Desde 1989, as três universidades públicas paulistas possuem autonomia de gestão dos recursos financeiros, referente ao repasse de uma porcentagem do ICMS (Imposto sobre Operações

relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) arrecadado pelo governo do Estado de São Paulo. E essa porcentagem é estabelecida ano a ano pela Assembleia Legislativa e pelo Poder Executivo com as aprovações e sanção das leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Orçamentária Anual (LOA).

Em um histórico da autonomia, o assessor Bucceli mostrou a variação do índice de repasse dos 8,4%, de 1989, até os 9,57%, que vigoram de 1996 até os dias atuais. Nesse modelo, o repasse

de verbas às universidades é instável, dependendo da aprovação de leis, e também do comportamento econômico do país. Por exemplo, a economia do Brasil, em 2015, está em um processo recessivo, diminuindo a arrecadação do imposto pelo governo, acarretando em queda de repasse à Unesp.

“Apesar das incertezas provocadas por esse modelo, USP, Unesp e Unicamp mostraram que a autonomia deu certo. O Estado de São Paulo é responsável por mais da metade de todas as publicações de artigos feitas no país”, defendeu o assessor. “E uma forma de minimizar as incertezas e

tentar atender às demandas sociais por ampliação de vagas, por exemplo, é o planejamento estratégico.”

Entre os diferentes modelos de planejamento existentes, Bucceli apresentou e defendeu o Planejamento Estratégico Situacional (PES), para ser aplicado na Universidade. Elaborado pelo economista chileno Carlos Matus, o modelo permite aos gestores públicos definirem planejamentos e estratégias de ação a partir da análise da realidade atual da instituição e dos diferentes atores que atuam interna e externamente a ela. Assim, é possível prever ações, seus custos, e quais atores podem apoiar ou criar resistência

para a aplicação e efetivação dessas ações.

FINANÇAS

Para compreender a elaboração da proposta orçamentária e sua execução, Guedes explicou aos participantes termos ligados à Lei Federal nº 4.320, de 1964. Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das diferentes esferas do poder público brasileiro.

E nessa explicação, ele usou os documentos financeiros, orçamentários e patrimoniais do exercício de 2014 da própria Universidade. “Toda a gestão financeira e orçamentária é feita de forma transparente e está disponível nos anuários da **Unesp**”,

frisou o professor (Para ver o anuário estatístico de 2015, acesse: <<https://ape.unesp.br/anuario>>).

DEFINIÇÃO

A cada órgão colegiado ou cargo administrativo da **Unesp** cabe uma ação dentro do processo de planejamento, aprovação e execução orçamentária da **Unesp**. Esses papéis são definidos por artigos do Regimento e do Estatuto da Universidade. Eles foram apresentados à plateia pela secretária-geral Maria Dalva, em sua palestra “Descrição das atividades regimentais e estatutárias dos diversos níveis de administração da Universidade”.

Ela destacou o artigo 28 do Estatuto, ao estabelecer que o Conselho de Administração e

Desenvolvimento (CADE) deve manifestar-se sobre a proposta orçamentária. O artigo 18 do mesmo documento determina ao Conselho Universitário, órgão máximo da instituição, a aprovação da proposta orçamentária e também o relatório de execução orçamentária. Nas unidades universitárias, cabe às congregações aprovar a aplicação da verba de custeio e receita própria da Unidade, conforme artigo 41.

TRIBUNAL

Por ser uma autarquia do governo estadual paulista, a Universidade tem suas contas avaliadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. E os processos de avaliação são norteados por procedimentos e leis

explicitados pela advogada Lais durante sua palestra.

A Lei complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, conhecida por Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dispõe, entre outras determinações, sobre o julgamento regular ou irregular das contas e também da fixação de multas em contas julgadas irregulares. E a Lei federal nº 8.666, de 1993, institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Lais ressaltou o trabalho feito pela Assessoria Jurídica junto à Coordenadoria Geral das Bibliotecas (CGB) da **Unesp**, na orientação de todo o processo licitatório. “Com essa parceria, que pode ser feita junto às unidades, todo o procedimento ganhou em agilidade”, disse.



Daniel Patire

Palestrantes e participantes discutem ações, custos, atores e aplicação e efetivação de ações

Governo do Estado envia proposta orçamentária de 2016 para ALESP

O governador Alckmin enviou no último dia 30/9 Projeto de Lei nº 1.298 à Assembleia Legislativa, onde orça a receita e fixa a despesa do Estado de São Paulo (inclusive a arrecadação do ICMS) no valor total de R\$ 206.864.665.868,00 (duzentos e seis bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e oito reais).

Com relação à previsão do ICMS (principal fonte de recursos do Tesouro – 86% do total da receita tributária), foram considerados os recolhimentos realizados até o mês de agosto/15 e a previsão de recolhimento até o final do ano. Além disso, o Projeto de Lei considera como hipóteses: uma inflação de 5,51% (IPCA/

IBGE) e uma taxa de PIB negativa de -0,40% no ano de 2016.

O resultado final é um Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação de R\$ 131.222.666.667, dos quais 25% pertencem aos Municípios, correspondendo ao valor de R\$ 32.805.666.667, e 75% ao Estado, no montante de R\$ 98.417.000.000,00.

Ainda relativo ao ICMS, foram consideradas duas alterações legais em âmbito federal: a Emenda Constitucional 87 (modifica a sistemática de cobrança do ICMS nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte

do imposto, localizado em Estado distinto do fornecedor – apelidada na mídia de emenda do e-commerce), de 16 de abril de 2015, e a Lei Complementar 147 (Simples Nacional), de 7 de agosto de 2014. Estima-se uma redução da receita do imposto em 1,5% no período.

IMPACTO NAS UNIVERSIDADES

Para efeito de incidência dos 9,57% das universidades estaduais paulistas conforme determina o artigo 4º da LDO (Lei nº 15.870, de 27 de julho de 2015) o valor previsto na LOA é de R\$97.042 milhões de ICMS, mais a Lei Kandir (R\$ 455 milhões).

Se comparado com a média de arrecadação do imposto ao longo do ano

corrente (valores contabilizados até setembro) temos: R\$7,5 bilhões média mensal (2015) contra uma estimativa de R\$8,1 bilhões (2016); que significa, em termos percentuais: uma queda acumulada no ano de 2015 de 3,5% (deflator IPCA), contra um crescimento médio de 1,0% (IPCA previsto em Lei) para 2016.

Essa comparação demonstra a perspectiva otimista constante na Lei, que caso não se concretize, logo no primeiro semestre haverá um novo contingenciamento de recursos orçamentários.

Os valores absolutos previstos na LOA para 2016 em comparação com o valor inicial de 2015, e a previsão com base no realizado até setembro seriam:

COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA C/ ARRECADADA (2015) E A PREVISÃO INICIAL 2016

Classificação da Receita	2015		2016	Variação Nominal	
	Inicial (a)	Prev. Fechamento (b)		Inicial (c)	(d = c/a)
fonte 1 Recursos do Tesouro	2.255.702.046	2.123.333.103	2.293.688.939	1,68%	8,02%
fonte 4 Recursos Próprios	217.820.060	400.000.000	208.284.050	-4,38%	-47,93%
fonte 5 Recursos de Convênios	45.240.000	42.500.000	33.840.000	-25,20%	-20,38%
fonte 7 Operação de Crédito	40	40	40	0,00%	0,00%
TOTAL	2.518.762.146	2.565.833.143	2.535.813.029	0,68%	-1,17%

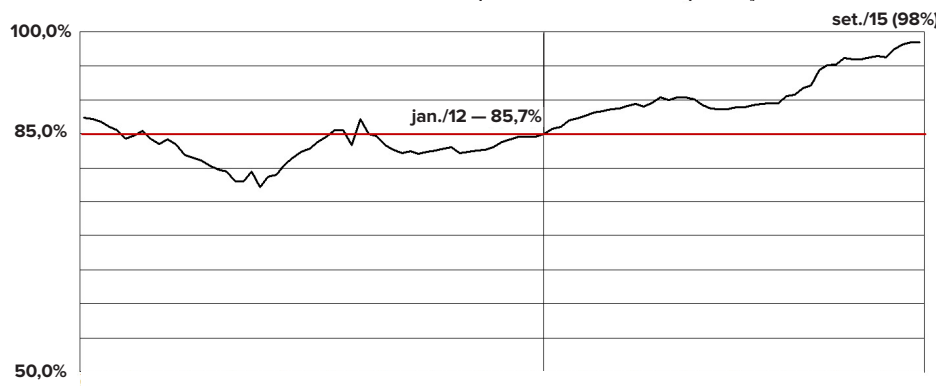
Com 98% de comprometimento da receita oriunda do tesouro (quota do ICMS) com

folha de pagamento, a receita própria passa a ser determinante na condução das demais

despesas (custeio, investimento e pagamento de dívida). Sem considerar ampliação

de gastos, já é possível prever dificuldades durante a execução orçamentária de 2016.

PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO ANUALIZADO (ACUMULADO 12 MESES): POSIÇÃO ATÉ SETEMBRO/2015



REITOR: Julio Cezar Durigan
VICE-REITORA: Marilza Vieira Cunha Rudge
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: Carlos Antonio Gamero
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO: Laurence Duarte Colvara
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO: Eduardo Kokubun
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Mariângela Spotti Lopes Fujita
PRÓ-REITORA DE PESQUISA: Maria José Soares Mendes Giannini
SECRETÁRIA-GERAL: Maria Dalva Silva Pagotto
CHEFE DE GABINETE: Roberval Daiton Vieira

ASSESSOR-CHEFE DA ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA: Oscar D'Ambrosio
REPORTAGEM: Daniel Patire e Marcos Jorge
FOTOS: Daniel Patire
PROGRAMAÇÃO VISUAL: RS Press
PROJETO GRÁFICO: Hanko Design (Ricardo Miura e Andréa Cardoso)
EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO: Phábrica de Produções (diretores de arte: Alexander Coelho e Paulo Ciola) (diagramadores: Bruna Rodrigues, Jéssica Teles, Marcelo Macedo e Rodrigo Alves)
REVISÃO: Maria Luiza Simões
PRODUÇÃO: Mara Regina Marcato
APOIO ADMINISTRATIVO: Thiago Henrique Lúcio
TIRAGEM: 8.700 exemplares

Esta publicação é elaborada mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI), órgão da Reitoria da Unesp. A reprodução de artigos ou reportagens é permitida, desde que citada a fonte.

ENDEREÇO: Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar, Centro, CEP 01049-010, São Paulo, SP.
TELEFONE: (11) 5627-0323
HOME PAGE: www.unesp.br
E-MAIL: unespinforma@reitoria.unesp.br
IMPRESSÃO: SP-GRAF Gráfica & Editora

VEÍCULOS

Unesp Agência de Notícias:
[<http://unan.unesp.br/>](http://unan.unesp.br/)

Rádio Unesp:
[<http://www.radio.unesp.br/>](http://www.radio.unesp.br/)

TV Unesp:
[<http://www.tv.unesp.br/>](http://www.tv.unesp.br/)